



# AEPET

## NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XL nº 358 - Abril / 2009

Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás



## O QUE IMPORTA DISCUTIR NO PRÉ-SAL

**Diomedes Cesário da Silva**  
(vice-diretor de Comunicações da AEPET)

As reportagens sobre o pré-sal têm sido exaustivas não por acaso. Afinal, a história do País no setor será dividida em antes e após a descoberta da Petrobrás e poderá ajudar a viabilizar um projeto nacional de desenvolvimento e de redução das desigualdades.

Na maioria das vezes, entretanto, a discussão passa ao largo das questões principais. As companhias privadas nacionais e estrangeiras, reunidas no Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), defendem que não se altere a legislação existente, mantendo tudo como está. No máximo, aumente-se a participação dos impostos, taxas e 'royalties'. Alertam que serão necessários muitos bilhões de dólares de investimentos e que devemos produzir rapidamente para não perdermos a oportunidade. Para isso, segundo elas, os leilões devem continuar e a presença das grandes empresas internacionais ser estimulada.

A participação dos impostos, taxas e 'royalties' no petróleo produzido chega a um máximo de 50% nas áreas onde há a participação especial. Esta parcela, que varia de 10 a 40%, atinge apenas 19% dos campos no mar e 3% em terra. A alíquota média é de apenas 18%. Nos países produtores, o Estado retém cerca de 84% da participação, muito acima da verificada no Brasil. Outra diferença reside na propriedade do petróleo. Enquanto aqui ele é das empresas que o produzem, lá fora é do Estado, que remunera as companhias produtoras após a extração. Esta é uma das questões centrais: a propriedade do petróleo. Normalmente ela não é abordada, discutindo-se apenas a parcela de impostos

pagos ao Estado. O próprio IBP, após grande relutância inicial, admitiu que o percentual subisse para o nível dos países exportadores, sem alterar a legislação atual.

### A propriedade do petróleo e os investimentos

Mas por que a propriedade é tão importante? O aumento da participação não resolveria o problema? Ela é fundamental, pois determinará o ritmo de extração, permitindo um planejamento adequado aos interesses do País e não das empresas petrolíferas.

Pela legislação atual, embora as reservas sejam monopólio da União Federal (artigo 177, da Constituição Federal de 1988), uma vez extraído, o petróleo passa a pertencer a quem o produzir (artigo 26 da Lei 9478/97), ficando o Estado com a rocha vazia. Desta forma, cada empresa irá produzir seu campo de forma independente, podendo remetê-lo ao exterior, sem a interferência do País, impossibilitando fazer seu planejamento energético e controlar a produção total.

Quanto aos investimentos, o ritmo será ditado pela extração do petróleo. Pela proposta das grandes companhias serão necessários muitos recursos para extrair o mais rapidamente possível. Mas interessa ao País aumentar descontroladamente a produção? O bom senso diz que não e o exemplo do México está aí como alerta: tinha reservas de 48,5 bilhões de barris em 1998. Veio a crise, tomou empréstimos no exterior, após seguir o receituário



do Consenso de Washington, então em voga, e deu a produção de seu petróleo como garantia de pagamento. Extraiu predatoriamente, vendendo suas reservas caírem para 12,2 bilhões em 2002, suficientes para apenas 9,6 anos de produção (1), podendo vir a se tornar importador de petróleo e derivados.

### A proposta Ildo Sauer (2)

O professor da USP e ex-diretor da Petrobrás Ildo Sauer apresentou uma proposta simples e consistente para a exploração do pré-sal. Até agora não se tem idéia do volume das reservas e se os campos são contínuos ou separados. A primeira tarefa, portanto, será fazer tantos poços quantos forem necessários para delimitar, mapear e obter as informações necessárias. Para isto a União Federal deveria contratar a Petrobrás, que foi a descobridora, tem a maior capacitação técnica e é controlada pela própria União, para fazer este levantamento, sendo paga pelo serviço. Com as informações disponíveis, poderá fazer o planejamento de exploração e produção do pré-sal, ditando o ritmo de extração adequado aos interesses do País.

Continua na página 3

### DECLARAÇÃO DE VOTO DA AEPET NA AGO DA PETROBRÁS

Pág. 3.

### CONSELHO DELIBERATIVO DA AEPET APOIA AMPLA CAMPANHA EM DEFESA DO PRÉ-SAL, DA PETROBRÁS E DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

Pág. 3

### PRÉ-SAL X PETROSAL - ALERTA GERAL.

Artigo de João Victor Campos

Pág. 3.

### TST RECONHECE LEGITIMIDADE DA FENASPE EM NEGOCIAÇÕES COM A PETROBRÁS

Pág. 2

## Editorial

### POR UM SISTEMA PETROBRÁS HOMOGÊNEO

O voto da AEPET na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Petrobrás, no dia 08/04/09, trouxe mais uma vez à luz a importância dos petroleiros, das diversas personalidades, lideranças e entidades da sociedade brasileira de defenderem o Sistema Petrobrás, de forma homogênea, sem que nenhuma de suas partes constitutivas sejam negligenciadas, sob pena de comprometer mais ainda a soberania do País no setor petróleo. Além de milhares de famílias de petroleiros, milhões de brasileiros que nos diversos municípios, Brasil afora, usufruem de alguma maneira das riquezas geradas pela Petrobrás. E mais: na medida em que os brasileiros vão sendo informados da importância do Pré-Sal, cresce a expectativa no sentido de que o Governo Federal tome as medidas mais nacionalistas para o proveito daquela rica região, capaz de alavancar a economia nacional e solucionar os graves problemas sociais do Brasil. Nesta edição, contamos com artigos que contribuem com propostas concretas para que o País usufrua de maneira soberana dos benefícios que advirão de um Pré-Sal bem explorado e um Sistema Petrobrás homogêneo. As eleições para a renovação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Petros, em abril de 2009, também trouxe à tona o fato de que o Plano Petros (Benefício Definido) é parte preponderante na garantia de um Sistema Petrobrás homogêneo, na medida em que preserva, valoriza e dá estabilidade ao corpo técnico e a tecnologia da estatal.

## Expediente

**AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás**  
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134  
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: **Fernando Siqueira**  
Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**

Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**  
Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**

Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**  
Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**

Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**  
Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**

Diretor de Pessoal: **Silvio Sinedino Pinheiro**  
Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilarão**

Diretor Cultural: **João Victor Campos**  
Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**

#### Conselho Fiscal

**Efetivos:** Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé  
**Suplentes:** Clemente F. da Cruz, Hamilcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi

#### Núcleos

**Aepet-Bahia:** Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macacé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

#### Delegados

**Juiz de Fora:** Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães - S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelmo José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

#### Redação

**Jornalista Responsável:** José Carlos Moutinho (Mtb 24460)  
**Reportagem:** José C. Moutinho / Julio César Lobo  
**Fotografia:** Alessandra Bandeira  
**Projeto Gráfico:** Marta P. Guimarães - magainter@globo.com  
**Arte / Ilustração:** Alessandra Bandeira  
**Diagramação:** Alessandra Bandeira  
**Impressão:** Mestre Artes Gráficas  
**Tiragem:** 20 mil exemplares  
**Correio Eletrônico:** aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

## COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Vice-Presidente



### 1 – Eleições da Petros – Ação da FUP

Recebemos no dia 13/04/09 uma denúncia bastante grave de que a FUP vem telefonando para participantes, pedindo que votem nos candidatos por ela apoiados e se propondo mandar buscar os votos (via motoqueiros) na casa do participante.

Tal atitude, mostra o grau de desonestidade das ações daquela que se diz defensora dos direitos dos aposentados. Além de usar os dados confidenciais dos participantes, que lhes foram fornecidos pela Petros, vem agora propor a coleta de votos na casa dos participantes, o que é uma atitude bastante grave.

Tal fato estará sendo levado ao conhecimento da Comissão Eleitoral e pode nos levar a pedir a impugnação das chapas apoiadas pela FUP.

### 2 – Plano UNIAEPET

Estamos aguardando informações da corretora Vectorial para poder deflagrar em Maio próximo uma nova campanha de adesão ao plano com vantagens.

### 3 – Convênios

A AEPET está estudando a uma celebração de diversos convênios com faculdades e empresas de seguros para oferecer aos associados com redução de preços em cursos e seguros de carros.

### 4 – Não deixem de votar nas eleições nas chapas apoiadas pela AEPET e CDPP:

Votem pelo correio! É mais seguro! Sigam as instruções enviadas pela Petros!

## Deu no AEPET .:#DIRETO

### TST RECONHECE LEGITIMIDADE DA FENASPE EM NEGOCIAÇÕES COM A PETROBRÁS

A decisão do TST impugna modificações impostas ao Plano Petros: A FENASPE (Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros) enviou ofício o presidente da Petrobrás, José Sergio Gabrielli, para certificar-lo da decisão - transitada em julgado - do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que reconheceu a legitimidade da FENASPE para participar de todas as negociações que tenham repercussão nos interesses dos participantes da Petros (ativos, aposentados e pensionistas). A FENASPE destacou que a referida decisão do TST é retroativa ao ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) 2005/2007. "Neste sentido cabe, desde logo, impugnar as cláusulas e condições que, de alguma forma, tenham atingido os aposentados, dentre as quais se inserem todas as recentes modificações impostas ao Plano PETROS, em decorrência do Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR que têm suas origens fundadas em Acordos Coletivos de Trabalho celebrados sem a necessária representação dos aposentados", destacou a diretoria da FENASPE no ofício nº 001/2009, de 27/03/2009.

Leia a matéria na íntegra no portal da AEPET ([www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)), na seção "Petróleo e Política" [TST Reconhece legitimidade da FENASPE em negociações com a Petrobrás].

### PETROBRÁS ESCLARECE SOBRE A REFINARIA ABREU E LIMA

Com relação à determinação do TCU acerca de pagamentos ao consórcio responsável pela Refinaria Abreu e Lima, em Recife (PE), a Petrobrás informou, no dia 08/04, que já prestou e continuará prestando todos os esclarecimentos adicionais solicitados pelo Tribunal e reitera que não houve sobrepreço ou superfaturamento na obra de terraplanagem da refinaria Abreu e Lima. Sobre a composição de preços, há divergência de metodologia da Petrobras e do TCU, principalmente referente aos custos indiretos. A Petrobrás informou, também, que está aguardando a análise dos esclarecimentos apresentados e o julgamento final do processo. Com relação ao aumento do

uso de drenos em 1.278%, a Petrobrás informou que, devido às especificidades da obra, foi necessária a utilização de maior número de drenos fibro-químicos, o que evitou a retirada de camadas de solo de até 14 metros de espessura e volume aproximado de 1,6 milhão de metros cúbicos. A Estatal ressaltou, ainda, que se fosse mantido o projeto original, esse material teria de ser removido, e o local precisaria ser aterrado com material com capacidade de suporte adequada para receber as instalações industriais, o que implicaria em custos maiores. A solução técnica adotada trouxe economia significativa para o pro-

jeto, compensando a utilização de maior quantidade de drenos. A Petrobrás informou que, imediatamente após a decisão do acórdão do TCU, de 10/12/08, cumpriu a determinação do Tribunal retendo os valores requeridos, independentemente do julgamento do processo. Em março de 2009, o TCU esteve na obra para verificação do cumprimento das retenções determinadas, constatando a efetivação de suas decisões. A Petrobrás e o consórcio irão recorrer junto ao TCU com relação a este novo acórdão.

(Agência Petrobrás de Notícias/Redação)

## O QUE IMPORTA DISCUTIR NO PRÉ-SAL

As áreas do pré-sal foram retiradas das licitações após a Petrobrás ter exposto ao governo federal a dimensão da descoberta e que não havia mais risco na exploração. Em consequência, o marco regulatório deveria ser alterado com o novo cenário.

A alteração da legislação

A comissão interministerial criada pelo governo para discutir a questão do pré-sal trabalha com diversas propostas, dentre as quais a criação de uma nova estatal para gerir as reservas da União, nos moldes da Noruega. Mas, a Petrobrás não poderia exercer este papel, já que tem o controle da União? Segundo algumas autoridades governamentais, não, pois ela tem acionistas privados, inclusive estrangeiros, que detêm 60% do capital total. Explicando: a União Federal possui 32% do capital total e o BNDESPAR mais 8%. O restante está em mão privadas, com os estran-

geiros detendo 39% das ações da companhia. A União, entretanto, detém 56% das ações ordinárias que dão direito a voto, tendo, portanto, o controle acionário.

Não há necessidade de se criar uma estatal para gerir as reservas. O Tesouro Nacional, com o apoio de técnicos da Petrobrás, Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e universidades, poderá se incumbir da tarefa. Não há qualquer tipo de conflito, pois as reservas são propriedades da União Federal. A Petrobrás passaria a ser a executora do monopólio, sendo o produto extraído de propriedade da nação.

Com os recursos recebidos poderão ser feitos os investimentos que a sociedade requer, além de se elevar a participação acionária da União na Petrobrás, de forma a deter ações que lhe assegurem, não só pelo menos 51% das ações com direito a voto, como sua

participação no capital social. O montante necessário para a compra das ações deverá ser muito inferior ao praticado antes da atual crise, pois a Petrobrás deixará de deter a propriedade do petróleo extraído, minorando o interesse do capital especulativo. Afinal, para o País é muito mais interessante ter sua riqueza depositada em reservas de petróleo ou numa empresa que alavanca seu desenvolvimento e lhe dá bons e sustentáveis rendimentos, que vê-los aplicados em títulos que financiam o tesouro americano.

(1) <http://www.bp.com/statisticalreview>

(2) Revista Retrato do Brasil, número 15 – outubro/novembro 2008. Disponível também, só o texto, em Aepet Direto de 12/11/2008 <http://www.aepet.org.br/> Diomedes Cesário da Silva é engenheiro e vice-diretor de Comunicações da AEPET

Publicado originalmente: Correio da Cidadania - 31/03/2009.

Foto: Agência Petrobrás de Notícias.

## CONSELHO DELIBERATIVO DA AEPET APOIA AMPLA CAMPANHA EM DEFESA DO PRÉ-SAL, DA PETROBRÁS E DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

Julio Cesar de Freixo Lobo

Foi realizada no dia 21 de março, último, a reunião do Conselho Deliberativo da AEPET na sede da entidade, no Centro do Rio de Janeiro. O presidente da AEPET, Fernando Siqueira, falou sobre o pré-sal e as manobras das petrolíferas multinacionais, as chamadas "sete irmãs", para, com o apoio do governo norte-americano, tomar esta riqueza do Brasil.

Siqueira disse que as sete maiores empresas do setor têm somente 3% das reservas mundiais do petróleo e por isso lutam ferozmente para que não se mude o marco regulatório do setor petrolífero brasileiro [Lei 9478/97]. Ele defendeu a criação de multiplicadores para falar sobre o assunto para a população brasileira e também uma personalidade que simbolize e galvanize a luta da campanha "O petróleo tem que ser nosso", a exemplo do que ocorreu na época da Constituinte de 1988 em que o escolhido foi o insigne brasileiro Barbosa Lima Sobrinho.

Sobre a contribuição do petróleo para a energia mundial, o presidente da AEPET afirmou que este produto contribuiu com 40% da matriz energética do mundo. Com a descoberta do pré-sal, e a se confirmar as alvissareiras expectativas da região, as reservas mundi-

ais ficaram assim distribuídas: Arábia Saudita (264 bilhões de barris), Irã (137 bilhões), Iraque (115 bilhões) e Brasil (110 bilhões).

Os presentes à reunião do Conselho Deliberativo fizeram uma série de propostas para que a campanha em defesa do nosso petróleo deslanche em todo o Brasil, como, por exemplo, estreitar cooperação com militares, com a Maçonaria, estudantes, entidades de classe e sindicatos. A campanha também deverá ser suprapartidária.

Foram feitas propostas para que sejam realizados atos públicos com entidades da sociedade civil, com objetivo de falar da importância do Pré-Sal e contra a privatização da Petrobrás, além de defender a mudança na lei dos royalties, incluindo contato com a bancada municipalista dos prefeitos de todo o Brasil, que são mais de cinco mil.

O diretor de Assuntos Jurídicos, Paulo Teixeira Brandão, propôs contar com formadores de opinião, que esclarecerão a população sobre a campanha da volta da Lei 2004/53, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobrás.

O geofísico João Victor Campos fez uma exposição sobre o Pré-Sal, na qual mostrou a riqueza incensurável das reservas petrolíferas do Brasil. Com dados técnicos sobre estas descobertas, que po-

dem colocar o País no topo dos maiores produtores do planeta. Ele destacou, ainda, que tal riqueza [cerca de US\$ 10 trilhões] deve ser usada para resolver os grandes problemas brasileiros, como os déficits sociais nos setores de saúde, educação, habitação, entre outros. Nesse sentido, ressaltou, não podemos perder esta chance de manter a nossa soberania e independência em relação as potências hegemônicas.

**Eleições da Petros 2009:** O Conselho Deliberativo debateu, também, as eleições da Petros 2009, que renovarão os cargos dos conselheiros eleitos pelos participantes nos Conselhos Fiscal e Deliberativo. A AEPET liberou os núcleos a apoiarem os candidatos Ronaldo Tedesco ou Guilherme Vasconcellos, para o Conselho Deliberativo, mas todos apoiarem Silvio Sinedino para o Conselho Fiscal. Foi feita uma exposição sobre as funções dos conselheiros fiscais e deliberativos, na qual foi mostrada a importância dessa eleição para marcar posição e ter direito a voto na Petros. Os eleitos para o Conselho Deliberativo poderiam propor mudanças no fundo de pensão, enquanto os do Conselho Fiscal seriam importantes para aprovar ou não as contas da Petros, não podendo fazer propostas para alterações regimentais na Entidade.

## DECLARAÇÃO DE VOTO DA AEPET NA AGO DA PETROBRÁS - 08/04/2009

O presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, fez uma declaração de voto da entidade, enquanto acionista minoritária da Petrobrás, na AGO (Assembleia Geral Ordinária) da estatal petrolífera, ocorrida no dia 08/04/2009.

Em primeiro lugar, Siqueira afirmou que a AEPET defende o monopólio estatal do petróleo, a Petrobrás e o seu corpo técnico. Assim sendo uma das preocupações manifestadas pelo presidente da entidade é a baixa remuneração dos empregados da Petrobrás em relação a outras empresas estatais brasileiras, notadamente considerando os concursos públicos ocorridos recentemente no Brasil. Os cálculos do Dieese mostram perdas de 90% nos salários dos empregados da Empresa, o que pode fazer com que os profissionais sejam atraídos por petrolíferas concorrentes, inclusive estrangeiras.

Siqueira ressaltou, também, a satisfação da AEPET no fato da Petrobrás ter retomado, no atual governo, o programa de admissão de empregados, notadamente para os cargos da área técnica.

**Plano Petros:** Outra consideração de Fernando Siqueira à direção da Petrobrás é quanto a política previdenciária da empresa, que prejudica ativos e aposentados. As mudanças no Plano Petros fez com que as entidades de petroleiros tivessem que recorrer à Justiça, para fazer valer os seus direitos. A troca do fundo Petros (Benefício Definido) para o modelo da Contribuição Definida prejudicou uma série de trabalhadores, principalmente os que entraram na Petrobrás entre agosto de 2002 e 26 de março de 2006, que tem direito de optar entre o Plano Petros e o Petros 2.

Segundo Siqueira, a eliminação de práticas discriminatórias nos limites de salário de contribuição do pessoal que entrou na Petrobrás após 1982 e também aos que ingressaram em 78/79, é um grande absurdo que divide a Empresa em classes na ativa e na hora de se aposentarem. Na opinião do presidente da AEPET, tal realidade só favorece a concorrência das petrolíferas multinacionais.

**A defesa do Pré-sal** e a mudança no atual marco regulatório do petróleo [Lei 9478/97] são defendidos pela AEPET para que o Brasil consiga usufruir deste grande reservatório de combustível fóssil em benefício da maioria da população brasileira, com o aumento da tributação pela União do que é produzido atualmente. Outra proposta que foi apresentada pelo Professor Ildo Sauer é que a União Federal contrate a Petrobrás para fazer o levantamento do total das reservas e outras informações necessárias sobre o Pré-Sal e que seja paga pelo serviço. Esta proposição é pertinente, uma vez que a Petrobrás, em 55 anos de existência, foi a descobridora do petróleo e por isso correu todos os riscos e tem os profissionais com maior capacitação técnica para desenvolver este tipo de tarefa.

Por fim, Siqueira destacou a importância da divulgação da grandeza do Pré-Sal através de palestras, como as que tem realizado por todo o País, para mostrar a importância do assunto para a maioria da população brasileira. Ele ressaltou que as pessoas ficam empolgadas quando entendem que é fundamental o controle pela União, através da Petrobrás, das reservas de petróleo. Como aconteceu entre os anos 1940 e 1950, que movimentou grandes massas pelo país em torno do lema "O Petróleo é nosso" e o petróleo era só um sonho. Hoje é uma realidade auspiciosa. **(JCFL)**

## ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)  
Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.



## OUÇA



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET:

[www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)



# PRÉ-SAL X PETROSAL - ALERTA GERAL

**João Victor Campos**  
(Diretor Cultural da AEPET)

Temos uma das maiores reservas de petróleo do mundo, no chamado Pré-Sal das bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, graças a uma situação geológica única com que a natureza nos brindou na separação dos continentes africano e sul-americano. No estágio de golfo, dessa separação, formou-se uma bacia restrita, permitindo que uma espessa camada de sal se depositasse sobre os sedimentos continentais dessa fase, ricos em matéria orgânica, preservando destarte as rochas geradoras e os reservatórios.

A Petrobrás domina como nenhuma outra, a tecnologia para a exploração em águas profundas e ultraprofundas. Já desenvolvemos a tecnologia necessária para ultrapassar a barreira representada pela espessa camada de sal e testar os reservatórios abaixo situados. Prova disso, a Petrobrás em 8 poços perfurados na chamada área do "Cluster" da bacia de Santos, teve 100% de sucesso, aí incluídos os campos de Tupi e Iara, com estimativas de possíveis 12 bilhões de barris à serem acrescidos às atuais reservas de 13 bilhões de barris. Temos pessoal qualificado e dinheiro. A Petrobrás, no ano passado, teve lucro de cerca de 34 bilhões de reais. Não precisamos de sócios e/ou parcerias para explorar o Pré-Sal.

Na 9ª Rodada de Licitações da ANP, em 2007, o Presidente Lula tendo tomado conhecimento do potencial da área do Pré-Sal e do evento do campo de Tupi, em reunião extraordinária do CNPE, no dia 8 de novembro de 2007, fez retirar 41 blocos que seriam ofertados, 26 dos quais só na área do Pré-Sal, área com risco geológico mínimo, verdadeiros bilhetes premiados.

A partir desse evento, o CNPE ficou incumbido de promover as mudanças no marco regulatório, que visam contemplar um novo paradigma de exploração e produção de petróleo e gás natural, respeitando os contratos em vigor.

Até o presente, decorridos cerca de um ano e meio, o CNPE não apresentou as tais mudanças, o que nos leva à crer que sérias modificações deverão ocorrer. A promessa do governo é de que

seriam reveladas em novembro de 2008, estamos em abril de 2009.

Pelas últimas notícias veiculados nos órgãos da imprensa escrita e falada (TV), sobre pronunciamentos feitos por autoridades do atual governo, no que diz respeito a criação de uma nova estatal, cita-se aquela feita pela APN (Agência Petroleira de Notícias), onde a Ministra da Casa Civil, em recente visita à CNBB, teria abordado como será feita a exploração e, principalmente onde o governo pretende aplicar os recursos do pré-sal. Segundo a APN, a Ministra tem se mostrado uma ardorosa defensora da criação de uma nova estatal para administrar as reservas do pré-sal. E mais, ela argumenta que se tomou difícil para qualquer governo lidar com a Petrobrás, pois a Empresa tem uma dimensão e uma dinâmica próprias que, muitas vezes, entram em choque com os interesses governamentais (sic).

### Porque devemos lutar para preservar a Petrobrás e o Pré-Sal

1. A situação geológica é única, mas devemos lembrar que a outra metade do Pré-Sal, na separação, ficou com a África (será que com o mesmo potencial?).

2. As maiores reservas de petróleo/gás do mundo estão associadas à esforços compressoriais, enquanto que as do Pré-Sal estão relacionadas à esforços distensionais.

3. As bacias terrestres de idade paleozóica, abrangendo cerca de 3 milhões de km<sup>2</sup>, após 55 anos de exploração, não tiveram resposta favorável, principalmente devido a falta de "trapas" proporcionadas por esforços compressoriais.

4. As bacias proterozóicas (São Francisco e Parecís) com cerca de 800 mil km<sup>2</sup>, apresentam estruturas resultantes de esforços compressoriais. Na superfície ocorrem exsudações de gás, que deve se constituir no objetivo. O risco é alto mas já existem blocos arrematados, principalmente na de São Francisco. A ANP informa que estão em andamento levantamentos sísmicos nessas bacias. Vamos torcer e aguardar.

5. A estimativa da Petrobrás para a área do Pré-Sal é de 90 bilhões de barris, enquanto que a da ANP é de 50 bilhões de barris, Qualquer que seja, somadas



**"A Petrobrás domina como nenhuma outra, a tecnologia para a exploração em águas profundas e ultraprofundas. Já desenvolvemos a tecnologia necessária para ultrapassar a barreira representada pela espessa camada de sal e testar os reservatórios abaixo situados".**

as atuais reservas de 14 biboe (bilhões de barris de óleo equivalentes), representam uma fantástica quantia da ordem de trilhões de dólares. Isto no atual câmbio do dólar mas, acreditamos que será substancialmente aumentada quando este voltar a atingir um patamar de US\$ 100,00/barril, que fatalmente advirá em função da diminuição das reservas mundiais. Lembremos que já atingiu US\$ 147,00/barril, ano passado.

6. Hoje, infelizmente, 60% das ações da Petrobrás não são mais da União Federal. Portanto, caso a Petrobrás explore o Pré-Sal, mantidas as condições atuais, estaríamos assegurando aos acionistas privados 60% do lucro líquido que por sua vez, tendo-se em conta que 25% do lucro é o que é dividido, significa que 15% do lucro (0,60x25) vão para mãos de outros que não o povo brasileiro. 15% de trilhões é o dinheiro que deixa de ser aplicado em favor dos brasileiros. A recompra das ações pela União, na crise financeira mundial que se estabeleceu no final de 2008, quando estas ações da Petrobrás atingiram níveis baixíssimos, não encontrou eco no Governo Federal.

7. Com a criação da Petrosal, fatalmente isto implicará na privatização da Petrobrás, pois pergunta-se: terá ela, Petrosal, recursos, estrutura, tecnologia e pessoal técnico especializado, terá condições de tirar uma só gota de petróleo do fundo do mar? Donde tirar isso senão da própria Petrobrás? Seus próprios idealizadores sabem que não e por isso dizem que ela não será

operacional. Se não for, porque criá-la? A aparente preocupação do governo com a educação conforme aludido pelo Presidente Lula, pela Ministra Dilma Roussef, o Ministro Lobão etc., parece esconder plano mais elaborado, daí a longa espera de ano e meio pelas tais mudanças do marco regulatório. Será que não é, este plano, esvaziar a Petrobrás para facilitar a sua privatização, tal como concebido pelo FMI, no governo FHC, que não chegou à concluir mas deu a largada, traduzida na venda de 37% das ações (ADR) na Bolsa de Nova Iorque?

8. Ainda, para ressaltar o papel preponderante da Petrobrás, vale mencionar que durante a vigência do Monopólio Estatal, que durou 44 anos (1954 a 1997), contando com o seu admirável corpo técnico, descobriu cerca de 400 campos de óleo, com 22.000 poços perfurados. Neste período, só ocorreu uma única descoberta feita por estrangeiros, o pequeno campo de gás no litoral paulista, o Campo de Merluza, durante a vigência dos contratos de risco do governo Geisel.

9. Hoje, temos 24.400 poços perfurados (ANP) contra 4 milhões de poços perfurados nos EUA. Os EUA tem 100 anos de exploração à nossa frente. Mesmo assim, lideramos o mundo no que diz respeito a exploração em águas profundas e ultraprofundas.

Vamos lutar pelo que é nosso, do povo brasileiro.

10. Atingimos a autossuficiência graças e **redundante** dos trabalhos da Petrobrás durante a vigência do Monopólio Estatal.